

Concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação Pós-Doutoral (BIPD)

Encontra-se aberto concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação Pós-Doutoral (BIPD) no âmbito do Projeto “LocalNutLeg: Developing innovative plant-based added-value food products through the promotion of LOCAL Mediterranean NUT and LEGUME crops”, com financiamento “PRIMA - H2020”, nas seguintes condições:

1. Área Científica:

Biotecnologia, Bioquímica ou áreas afins.

2. Requisitos de admissão:

- 1) Doutoramento em Biotecnologia avançada ou áreas a fins;
- 2) Experiência e formação do candidato adequados às atividades a serem desenvolvidas durante o contrato;
- 3) Conhecimento teórico e prático na caracterização nutricional de alimentos, extração e caracterização de moléculas bioativas; e incorporação de moléculas bioativas em produtos alimentares;
- 6) Será ainda valorizado o domínio da língua inglesa (escrita e comunicação oral).

3. Plano de trabalhos:

- 1) Especificação nutricional de nozes e leguminosas mediterrâneas;
- 2) Extração e caracterização de biomoléculas;
- 3) Desenvolvimento de um produto alimentar vegetal com biomoléculas;
- 4) Otimização e divulgação dos resultados obtidos.

4. Objetivos:

O objetivo do projeto LOCALNUTLEG é selecionar nozes e leguminosas locais com características de qualidade que dependem exclusivamente do território em que são produzidos, através do desenvolvimento de produtos alimentares vegetais inovadores.

5. Legislação e regulamentação aplicável:

Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na sua redação em vigor; Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P., em vigor <https://www.fct.pt/apoios/bolsas/docs/RegulamentoBolsasFCT2019.pdf>; Regulamento n.º 522/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 113, de 12 de junho – Regulamento de Bolsas de Investigação do Instituto Politécnico de Bragança.

6. Local de trabalho e orientação científica:

O trabalho será desenvolvido em Centro de Investigação de Montanha, sob a orientação científica de Lillian Barros.

7. Duração da bolsa:

A bolsa terá a duração inicial de 12 meses, com início previsto em 17/05/2021 (com possibilidade de renovação até um máximo de 36 meses).

8. Valor do subsídio de manutenção mensal:

O montante da bolsa corresponde a 1.646,00, conforme tabela de valores das bolsas atribuídas pela FCT, I.P. no país.

Os Bolseiros usufruirão de um seguro de acidentes pessoais e, caso não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social, podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos previstos no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. O valor da bolsa será pago mensalmente por transferência bancária.

9. Métodos de seleção e respetiva valoração:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular e sua adequação para o trabalho em causa (60%);
- b) Experiência extração e caracterização de compostos bioativos (20%);
- c) Experiência em metodologias de incorporação de biomoléculas em produtos alimentares (20%).

10. Composição do Júri de Seleção:

Doutora Lillian Barros (Presidente do Júri), Doutora Eliana Pereira (vogal), Doutora Cristina Caleja (vogal).

11. Forma de publicitação/notificação dos resultados:

As comunicações e os resultados finais da avaliação serão divulgados através de notificação por correio eletrónico aos candidatos.

12. Prazo de candidatura:

O concurso encontra-se aberto no período compreendido entre 20/04/2021 e 03/05/2021.

13. Forma de apresentação das candidaturas:

As candidaturas podem ser formalizadas através de correio eletrónico para lillian@ipb.pt, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Carta de motivação

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos ou diplomas, ou de inscrição em grau académico ou diploma, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, sendo obrigatória a verificação dessa condição em fase de contratualização da bolsa.

Os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei n.º 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria n.º 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatária para a assinatura do contrato.

14. Prazos e procedimentos de reclamação e recurso:

Caso a decisão a tomar seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, após a data de divulgação dos resultados da avaliação,

para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Da decisão final pode ser interposto recurso para o Presidente do IPB no prazo de 15 dias úteis após a respetiva notificação.